O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

MOMENTO DE BOM SENSO

COM CERTEZA, desde a redemocratização, este é o período de maior dificuldade vivida pelo Brasil. Desentendimento entre os partidos que compõem o Governo, movimentos populares de rua, índice elevadíssimo de rejeição à presidente e níveis espantosos de corrupção. Apesar de todos estes fatos, a ***Agroanalysis*** acredita que o bom senso prevaleça. A tese do 'quanto pior melhor' a ninguém interessa (dentro dessa temática, a seção Diário de Bordo, de nosso eterno ministro Roberto Rodrigues, faz mais algumas colocações na direção do bom senso). Está havendo uma manobra política de reconstrução de base parlamentar, para que os ajustes econômicos e a reforma política possam andar. O fato de o País não ter perdido o grau de investimento e ter havido a publicação do balanço auditado da Petrobras são fatores psicológicos importantes.

A confiança dos produtores agrícolas, diferentemente da dos empresários industriais ou dos consumidores, não está associada a variáveis domésticas, como PIB e inflação. Porém, há claras evidências de que, em termos de confiança, eles são fortemente condicionados aos preços das *commodities* agrícolas. A confiança, tanto dos empresários, quanto dos consumidores, é uma variável fundamental na economia e está baixa. Por isso mesmo, as notícias de manutenção do grau de investimento e de publicação do balanço da Petrobras ajudarão a recuperar a economia. Sem a volta da confiança, a economia não vai crescer.

Surpreende o resultado de uma pesquisa com produtores do Mato Grosso, destaque de nossa capa: não é a flutuação do dólar, nem a insegurança jurídica, o fator mais grave a tirar o sono do produtor rural, mas, sim, a indefinição política, *lato sensu*, e, também, das políticas agrícolas. Um bom retrato do Brasil atual. Talvez, o segundo fator mais importante para os produtores, os custos de produção, esteja indiretamente relacionado à flutuação do dólar. É importante, também, notar que a muito alardeada questão do novo Código Florestal não parece assustar.

A inflação está subindo, mas vai ceder entre o segundo semestre e o começo de 2016, pois a crise de demanda não é pequena. O dólar não deve ficar abaixo de R$ 3,00, mas também não deve passar de R$ 3,30, para a média do ano.

Em anos de maior dificuldade econômica, como agora, é necessário aproveitar todas as oportunidades. Nos programas de investimento na agropecuária financiados pelo BNDES, as taxas são menores do que o custo de oportunidade de aplicação dos recursos. Mesmo com os aumentos, a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e as demais taxas do BNDES não atingirão o nível da Selic. Portanto, aqueles que têm análises de investimento bem feitas devem tomar os créditos, em vez de utilizar recursos próprios. Manter liquidez, dinheiro nas mãos, em anos de crise pode significar um excelente negócio!

O ritmo ainda é intenso na colheita e na comercialização das culturas da safra 2014/15. A análise do desempenho econômico da produção de soja, na primeira safra, e de milho, na segunda safra, no estado do Mato Grosso, mostra resultados positivos. Os produtores que retardaram as vendas de outubro de 2014 para março de 2015 tiveram melhores resultados. No curto e médio prazos, o dólar valorizado é um fator de sustentação dos preços da soja e do milho no mercado brasileiro.

Na pauta da mídia, estão os embates sobre a crise hídrica na região Sudeste, em decorrência da longa estiagem que começou em 2013. O Brasil possui água em abundância, mas distribuída de forma desigual; assim, caso não se pratique uma gestão eficiente, situações de conflito e de escassez serão cada vez mais comuns. Na entrevista à ***Agroanalysis*** deste mês, Julio Cesar P. Palhares, pesquisador da Embrapa Pecuária Sudeste, explora com muita competência esse assunto. Ele alerta que, como a produção de alimentos é intensiva no uso da água, então, é dever do setor prezar pelo uso eficiente deste recurso natural.

A agenda regulatória do agronegócio foi objeto de seminário promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e pela Sociedade Rural Brasileira (SRB), junto com a Cetip e a Demarest Advogados. As restrições para aquisição de terras rurais são vistas como um fator negativo à abertura de mercado e à atração de capital externo para investimento no País. Outros temas debatidos foram: a necessidade do Cadastro Ambiental Rural (exigido pelo novo Código Florestal), o impacto da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) nos negócios e as relações de trabalho na agroindústria.

Por fim, o Caderno Especial mostra a agropecuária no estado do Paraná, com as suas atividades diversificadas e com práticas ambientais sustentáveis. Chama a atenção o alto grau de participação das pequenas propriedades na produção total do estado, em especial nas granjas leiteiras. Como a atividade exige cada vez mais qualificação, o papel do Serviço Nacional de Aprendizado Rural do Estado do Paraná (SENAR-PR) tem sido fundamental para capacitar o trabalhador e o produtor rural. ■

